

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL**

Ref.

Concorrência Pública n. 007/2020/CEL/SUPEL/RO

Processo Eletrônico n. 0042.244886/2020-67

**Agência Alpha Films Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 04.432.782/0001-99, com sede à Av. Presidente Tancredo Neves, n. 3920, Sala “B”, Lote 06D, quadra 40, setor 05, CEP n. 76.980-730, Jardim América, Vilhena - RO, e-mail prodalpha2@gmail.com, telefones n. 69 - 3321 3868 e 69 - 99977 3868, neste ato representada pelo seu sócio **administrador Carlos Jorge Fernandes da Costa**, vem respeitosamente à ilustríssima presença de Vossa Senhoria, opor **IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA n. 007/2020/CEL/SUPEL/RO**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Trata-se de Concorrência Pública deflagrada pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL, que versa sobre a contratação de agência especializada na prestação de serviços técnicos de publicidade e propaganda, de caráter educativo e informativo e de orientação social, para atender o Governo do Estado de Rondônia.

O aviso de concorrência pública e o edital da licitação foram disponibilizados no dia 16.11.2020, com sessão pública para recebimento das propostas agendada para o dia 16.12.2020, conforme consta da Edição n. 222, do Diário Oficial do Estado de Rondônia dos detalhes da licitação no portal/sítio eletrônico da SUPEL.

Nos dias 19.11.2020 e 30.11.2020, houve a publicação de dois adendos modificadores, atinentes à formulação das propostas, o que se pode atestar nos Diários Oficiais do Estado de Rondônia de edição n. 225 e 233, respectivamente.

Nesse contexto, é de fácil percepção que o prazo (30 dias) para o recebimento das propostas é absolutamente inadequado, dadas as circunstâncias temporais, bem como incompatível com as normas gerais que versam sobre licitações e contratos administrativos. Afinal, alínea b, do inciso I, do § 2º, do art. 21, da Lei 8.666/93, estabelece que o prazo mínimo entre a publicação do edital e a sessão para recebimento das propostas no caso de concorrência pública com o regime de empreitada integral ou análise técnica é de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias. Senão, vejamos:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: §

2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

**I - quarenta e cinco dias para:**

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

Não bastasse isso, as duas modificações no edital foram suficientes para possibilitar a invocação do § 4º do mesmo dispositivo legal, *in casu*:

§ 4º **Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido**, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Sobre a contagem do indigitado prazo, o art. 110 da Lei de Licitações e Contratos dispõe o seguinte:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Assim, considerando que o último adendo modificador foi disponibilizado no DOE de 30.11.2020, a manutenção da sessão de recebimento das propostas para o dia 16.12.2020 infringe a legislação de regência e compromete a lisura do certame licitatório, uma vez que não resguarda conformidade com as normas gerais que versam sobre licitações e contratos administrativos, impossibilitando, também, a apresentação de propostas mais vantajosas e melhores elaboradas.

Ora, ainda que não se considere a publicação dos dois adendos modificadores, a data já agendada para o recebimento das propostas é absolutamente incompatível com o texto legal. Cediço que há meses o Estado de Rondônia vem enfrentando problemas afetos à lisura na contratação de publicidade governamental, o que sugere, portanto, maior atenção desta Superintendência em relação a nuances e peculiaridades do processo licitatório de publicidade, vez que não existe momento mais inoportuno para agir de maneira temerária e prejudicial ao interesse público e às disposições legais.

A inobservância da Lei n. 8.666/93 atrasará ainda mais o curso do necessário procedimento licitatório, certamente muito mais do que a republicação do edital com a alteração da data de recebimento das propostas, haja vista que a apontada *lex* permite a representação nos casos de irregularidades, bem como a interposição de impugnações e recursos em todas as etapas do processo.

Não obstante, infere-se ainda que todo o procedimento licitatório submete-se ao crivo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e do Ministério Público Estadual, sujeitando-se, ainda, às instâncias judiciais competentes. Portanto, não há margem à ilegalidades ou inconsistências que, ainda que eventualmente, possam comprometer a lisura ou a competitividade do certame.

Ilustríssimo Superintendente, não se trata de nenhuma inovação legislativa ou jurisprudencial. Ao revés, a matéria já foi tema de diversos julgados Rondônia afora, e em todas as vezes o resultado foi o mesmo: **a renovação dos atos praticados**. Vejamos:

LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO. PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DO EDITAL. DESRESPEITO AO ART. 21, § 2º, INC. II, ALÍNEA "B", DA LEI N. 8.666/93. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE,

PUBLICIDADE E COMPETITIVIDADE. PRESERVAÇÃO DO CERTAME. NECESSIDADE, TÃO-SOMENTE, DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL. SENTENÇA REFORMADA. **"A inobservância ao prazo de publicação dos editais da concorrência pública, como estabelecido na Lei de Licitações, inviabiliza o seu prosseguimento, impondo-se a renovação dos atos então praticados, tudo de modo a assegurar a publicidade e a competitividade desejada"** (Reexame necessário n. 2007.017185-0, de Joinville, rel. Des. Jânio Machado). (TJ-SC - MS: 20100770050 Lages 2010.077005-0, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 08/03/2012, Quarta Câmara de Direito Público).


REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO. PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DOS EDITAIS. DESRESPEITO AO ARTIGO 21, § 1º, INCISO I, ALÍNEA "B", DA LEI N. 8.666, DE 21.6.1993. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE E COMPETITIVIDADE. SENTENÇA MANTIDA. **A inobservância ao prazo de publicação dos editais da concorrência pública, como estabelecido na Lei de Licitações, inviabiliza o seu prosseguimento, impondo-se a renovação dos atos então praticados, tudo de modo a assegurar a publicidade e a competitividade desejada.** (Reexame necessário n. 2007.017185-0, de Joinville, rel. Des. Jânio Machado).

Logo, à luz dos princípios da eficiência e da legalidade, a republicação do edital com novo agendamento para o recebimento das propostas é medida que se impõe, sob pena de comprometer a legalidade de todos os atos posteriores. Em outras palavras, no caso de manutenção das irregularidades, as máculas aqui citadas não restarão adstritas única e exclusivamente à competência de Vossa Senhoria.

Ante o exposto, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei n. 8.666/93, requer a devida republicação do Edital da Concorrência Pública n. 007/2020/CEL/SUPEL/RO, observando a sistemática de prazos imposta pelo art. 21, § 2º, *b*, da Lei de Licitações e Contratos, sob pena de comprometimento de todos os atos praticados.

Pede deferimento.

Vilhena - RO, 08 de dezembro de 2020



---

**Agência Alpha Films Ltda**  
CNPJ n. 04.432.782/0001-99